

Os relatos de fugas de escravos em pequenos barcos pela baía, ou mesmo enfrentando o Atlântico, muitas vezes com marinheiros de outras nacionalidades, não eram raros e apontam para trocas pontuais de habilidades: escravos emprestavam seus músculos, e alguma experiência de fuga, enquanto os marinheiros contribuíam com seus conhecimentos do mar, que podiam ser preciosos para sobreviver no oceano. Muitas vezes, os marinheiros estrangeiros em terra é que precisavam da ajuda de escravos, conhecedores dos becos e vielas, ou para escapar dos recrutadores de marinagem, ou da onipresente polícia, sempre suspeitosa com os homens do mar. Até oficiais de alta hierarquia da Marinha podiam se envolver em brigas de rua, mostrando a predisposição dos homens do mar em misturar-se com a ralé das tabernas.

OS TEMORES E SEUS SONS

*Melhores levantes reais
sobre o processo*

Nas áreas urbanas, houve momentos — alguns dramáticos — em que libertos, escravos, africanos e crioulos tramaram e realizaram levantes. Com as fugas e o cotidiano politizado das ruas, quilombos suburbanos e revoltas atemorizavam as autoridades e a população em geral.

É certo que temores de insurreições sempre dominaram as sociedades escravistas. Nas cidades, em algumas ocasiões, o medo transformou-se em epidemias pánicas. No Brasil, nas primeiras décadas do século XIX — sobretudo na década de 1830 —, autoridades, políticos, jornalistas e senhores dialogaram muito, e também se afligiram, em torno das revoltas escravas e de sua aproximação dos centros urbanos. Era como se a possibilidade de insurreições ao redor das cidades potencializasse necessariamente o protesto escravo. Para mentes anedrontadas, as imagens do levante escravo de São Domingos (posteriormente conhecido como Haiti) ganharam reforço na série de revoltas escravas de Salvador e do Recôncavo Baiano, principalmente a Revolta do Malês em 1835.

Porto Alegre, Recife, São Luís, além de Salvador e o Rio de Janeiro, sempre foram focos dessa onda de medo de revoltas escravas na década de 1830. A Corte transformou-se no principal local de irradiação de tais temores. Em março de 1835, em correspondência reservada, autoridades ministeriais falavam da necessidade de “medidas indispensáveis” de prevenção. O objetivo era “tranqüilizar os ânimos dos habitantes da Capital”, evitando a reprodução das “cenas de horror que tiveram lugar na Cidade da Bahia pela

insurreição dos africanos". Africanos tornavam-se alvos principais da repressão. Em várias cidades, redobrou-se a vigilância sobre os chamados "pretos minas".

Rumores, indícios e denúncias desdobravam-se em intensa troca de correspondência e matérias em jornais, desencadeando forte repressão. Certamente muitas dessas revoltas e suas possibilidades não existiram. De qualquer modo, podemos ver nas denúncias sobre elas e os significados dos medos — considerando contextos específicos — como o imaginário da sociedade escravista funcionava no âmbito das relações senhor-escravo e do cotidiano. A epidemia de medos de revoltas escravas na década de 1830 podia fazer tanto o caminho das cidades para as áreas rurais como o inverso. No Rio de Janeiro, denúncias em cartas particulares provenientes de Maricá e Itaboraí diziam "que alguns pretos asseveram haver acordo entre eles, e os da Cidade, e que um tal Andrade, pardo forro, que tem casa de quitanda na rua do Rosário, é um dos agentes do plano que há de por em execução" (Gomes, 1995). Ainda em 1835, ao município de Campos, bem distante da Corte, chegou a notícia da prisão de "alguns negros, que andavam com certo tope", denunciando que cumpririam "ordens da Bahia para aqui também se levantarem, sendo aquele tope a senha do dia do rompimento" (Idem).

Em torno das cidades — em áreas limítrofes —, também se formavam pequenos e itinerantes quilombos. Acoiravam furtivos que podiam ver naquelas comunidades ambiente de proteção e esconderijo. Em 1808, e depois em 1823, as autoridades policiais da Corte determinaram o envio de tropas contra os quilombos localizados nas freguesias circunvizinhas. O problema dos quilombos suburbanos continuaria. A historiadora Mary Karasch (2000), com base nos registros do Calabouço (1826), destaca que — do total dos 469 presos por quilombolas no Rio de Janeiro — 121 tinham sido capturados nas cinco freguesias que compunham a região de Iguaçu. Levando em conta também algumas freguesias circunvizinhas, como Magé, Suruí, Inhomertim, Guapimirim e Guia, além de subúrbios próximos da Corte, como Irajá e Campo

Grande, esse número aumenta para 207, perfazendo 23% do total de escravos apreendidos naquele ano. Com base em registros policiais referentes ao período de 1810 a 1830, analisamos o perfil de 219 cativos presos por quilombolas. Desse conjunto, destacam-se os homens africanos. Mais de 60% dos quilombolas foram capturados nos subúrbios da cidade e o restante, nas regiões mais distantes do Rio de Janeiro.

Predominavam quilombolas estabelecidos próximo aos subúrbios das cidades negras, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Chegavam a vender os produtos de suas roças e frutas silvestres para taberneiros e escravos ao ganho. Os quilombolas da região de Iguaçu, no recôncavo da Guanabara, eram muito temidos. Dominavam os rios locais e comandavam parte do comércio clandestino na área. Em 1825, um fazendeiro da região reclamava que eles assaltavam constantemente seus barcos, carregados de telhas, e outras embarcações que transportavam produtos e mantimentos de diversos fazendeiros. Tinham igualmente seus gados roubados. O protesto surgia em nome de vários outros fazendeiros que abasteciam a Corte. Alegavam que o tal quilombo era "antigo neste lugar; e sempre tem sido atacado por ainda não extinguido, ficando aquele rio intransitável" (Gomes, 1995).

Em Porto Alegre, as autoridades também andavam às voltas em reprimir quilombos suburbanos. Os habitantes desses locais viviam de pequenos roubos, venda de produtos e prestação de serviços para lavradores da circunvizinhança. Um bem conhecido era o quilombo do Negro Lucas, na Ilha dos Marinheiros, destruído em 1833. O jornal *O Mercantil* de Porto Alegre ainda noticiava sobre pequenos grupos quilombolas que, em 1879, vagavam pelas ruas Direita, Igreja e Arvoredo (Maestri, 2003). Para Belém do Pará, anotou Vicente Salles que as autoridades policiais alertavam para o bairro da Campina, em 1832: "as imediações da Cidade, e todo o interior se acham infestados de um grande número de escravos fugidos, que sempre houve, mas agora parece que se tem aumentado" (Salles, 1971).

É fato que não poucos quilombos suburbanos contavam até com a cooperação direta de cativos e libertos dos centros urbanos. Para o século XVIII, há o caso do mocambo do Buraco do Tatu, na capitania da Bahia. Seus habitantes se estabeleceram próximo a Itapua, subúrbio de Salvador, e constatou-se que eram auxiliados pelos “negros da Cidade”. Desse modo, entravam “na cidade à noite”, compravam pólvora, chumbo e faziam negócios com taberneiros. No Grão-Pará reclamava-se principalmente dos mocambos localizados próximos de Belém. Baena registrou, na sua obra *Compendio das eras*, que se tratava de mocambos diversos, como

um no Igarapé de Una, para onde há três caminhos, pelos quais mocambistas tornejam a Olaria de Dom João Henrique de Almeida, saindo à estrada do Maranhão, pela qual entram na cidade, encaminhando-se também para a parte do Utinga, atravessando com a mesma facilidade a passagem que vai à Pedreira de Manoel Joaquim. (Baena, 1969)

Só nas regiões próximas a Belém – entre pequenos e “consideáveis” – havia aproximadamente nove mocambos, e todos se comunicavam entre si. Em 1795, houve mesmo uma conclamação junto a moradores, lavradores e proprietários de várias regiões para que ajudassem a conter “os roubos, evitar os incêndios e se prevenirem contra a fuga de escravos”. (Códice 232, 07/01/1791, Arquivo Público do Estado do Pará)

Tais questões articulavam-se com outras muito importantes nos cenários das *ciudades negras* do século XIX. Quilombolas suburbanos, fugitivos, marinheiros, carregadores, taberneiros construíam uma malha fina da diáspora negra urbana. Não distante da Corte, os moradores de Icarai peticionaram ao juiz da Vila da Praia Grande, denunciando que no local chamado Sapê existia uma “venda de molhados” sem licença da Câmara. E o pior: seus proprietários comerciavam abertamente com escravos das vizinhanças, induzindo-os a roubar cafés, bananas, mandiocas, frutas e galinhas de seus

senhores, além de acoiar fugidos. Em 1836, havia recomendações ao Corpo Municipal de Permanentes do Rio de Janeiro para que patrulhasse as ruas, dissolvendo os possíveis ajuntamentos de “pretos” em tabernas e “dando parte dos taberneiros, que admitem com mais frequência essas reuniões”. Certa feita, um senhor levava seu escravo pela Rua do Conde quando foi abordado por um grupo de quilombolas que espreitavam do morro do Catumbi. Apesar da reação dos moradores, os quilombolas conseguiram voltar para a floresta e sumir. De acordo com a denúncia, os habitantes desses quilombos urbanos contavam com o apoio de uma rede de taberneiros, principalmente no Catete e em outros “extremos” da cidade.

Essas relações entre africanos e crioulos, escravos e libertos, com outros setores sociais das *ciudades negras* produziam uma cultura política original, inclusive com formação socioeconômica. Eram várias as posturas municipais – muitas das quais reproduzidas em diversas cidades e províncias – que determinavam prisão e pagamento de multas aos taberneiros que negociassem com os cativos, fugidos ou não. Considerando a entrada de quilombos suburbanos no circuito dessas relações, fazendeiros e autoridades temiam fugas coletivas e o planejamento de insurreições com apoio dos quilombolas. Num ambiente urbano, os desdobramentos desses temores só aumentavam.

Em outros cenários urbanos, várias pesquisas têm indicado questões nessa direção. Ao abordar as “negras de tabuleiro e ganho” na cidade de São Paulo, no século XIX, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) aponta a existência de redes sociais e as frequentes relações mercantis clandestinas envolvendo quitandeiras, fugitivos, escravos *ao ganho* e quilombolas. Mas talvez a maior rede que articulava quilombos urbanos e escravos tenha surgido em Recife no primeiro quartel do século XIX. O historiador Marcus de Carvalho (1998) analisou, de forma original, o quilombo do Catuá, liderado por Malunguinho e situado entre Recife e a zona da Mata Seca.

Para a freguesia de Guaratiba, no Rio de Janeiro, dizia-se que grupos de fugitivos tinham certas “amizades, e conlujos, não só de pardos como mesmo de brancos, que não só lhe compram a pólvora de que hão mister como lhe fazem avisos, e lhes dão todo o auxilio” (Gomes, 1995). Não resta dúvida de que comunidades de fugitivos incrustadas em morros ou planícies próximas às áreas urbanas relacionavam-se com várias paisagens e cenários. Tinha talvez melhores possibilidades de obter apoio da população negra livre, principalmente de libertos, que tendia a estar mais concentrada nas cidades do que no campo. O comércio de lenha, por exemplo, que os quilombolas do recôncavo da Guanabara realizavam alcançava a Corte. Contava com o auxílio de cativos *ao ganho* e até mesmo de libertos, que podiam ser inclusive proprietários de quitandas e canoas.

Em áreas suburbanas, os lugares que as autoridades avaliavam como quilombos – distantes e isolados em matas próximas – podiam ser esconderijos improvisados de comunidades negras em formação. É o que aparece num desencadear de repressão contra quilombolas, na Corte. Em 1854, autoridades tentavam destruir quilombos na Tijuca. Para lá foram enviados delegados, oficiais e praças. Contavam ainda como guias: “negros práticos dos matos da Tijuca” e mesmo um preto “que tinha perencido ao quilombo”. A floresta local foi vasculhada. O que encontraram? Depois de se seguirem “trilhos” existentes e passaram por “ladeira muito íngreme”, descobriram-se cinco ranchos onde havia farinha e bananas. Nos “trilhos”, existiam armadilhas com “buracos profundos cobertos de folhas, e cheias de estrepes”, visando a retardar a tropa.

Em São Luís, as imagens de fugitivos e quilombos suburbanos aparecem também na memória do literato Dunshée de Abranches. (Dunshée de Abranches, 1941) Em 1938, lembrava seus tempos de infância (fora criado na região do Bacanga) e de jovem abolicionista nas últimas décadas do século XIX. Lembrava-se ainda de alguns quilombos que viviam “dentro da própria ilha” e que durante “longos anos existiram sem ser descobertos”. Por que falava

disso? Abranches queria destacar – com um quê de orgulho – a propaganda abolicionista local, sua relação com grupos de fugitivos em áreas urbanas e o papel de alguns jovens abolicionistas como ele. (idem) De forma romântica, vemos surgir nas matas do sítio São Jerônimo o “Quilombo da samameira”. Ao que parece, mais por iniciativa dos abolicionistas. Aliás, o nome escolhido relacionava-se à existência de uma secular e gigantesca árvore. Jovens abolicionistas auxiliavam assim fugidos que rondavam, levando sal, fumo e café, “até que pudessem ir escapando para o Ceará e os seringaais da Amazônia” (idem).

O certo mesmo é que os quilombolas suburbanos evitavam um enfrentamento direto, talvez diferente de alguns quilombos em áreas rurais. Seus acampamentos eram provisórios, podendo também indicar locais onde passavam certas temporadas, enquanto não estavam diretamente nos centros urbanos, misturados entre cativos e libertos.

Num estudo sobre as áreas urbanas de São Paulo e suas imediações, na segunda metade do século XIX, a historiadora Maria Cristina Wissenbach (1993) destaca os espaços de vivência negra. Eram entre chácaras e casebres que se movimentavam escravos e libertos. Mundos urbanos e semi-urbanos se encontravam conformando estúios das comunidades negras em gestação. Cativos e forros podiam comercializar gêneros ou trabalhar em improvisadas oficinas nas áreas mais centrais da cidade, fazendo desses trajetos periódicos – dos locais de trabalho às suas casas – espaços de socialização e construção de autonomia. Espalhando-se e estendendo os limites da cidade, escravos e libertos reorganizavam sua vida. Alguns aproveitavam a escuridão da noite para colher capim ou cortar lenha nos campos do Bexiga e de Santana, que depois revendiam para motoradores próximos. Outros tantos tinham pequenas roças com hortaliças e legumes e criações independentes. Faziam comércio com taberneiros e sitiantes.

Quilombos e fugas coletivas próximas às cidades, no entanto, também assustavam pelo temor de insurreições. Em 1838, um

levante em Vassouras, no interior da província fluminense, teve repercussões na Corte. Autoridades admitiam que uma fuga coletiva para o quilombo da região poderia “inocular o espírito de revolta”, transformando-se numa grande insurreição envolvendo escravos de várias fazendas e localidades. De qualquer modo, as diferenças entre insurreição e quilombo não eram tão demarcadas, principalmente nas cidades. Provavelmente as autoridades acreditavam que, assim como uma insurreição podia se transformar num quilombo, também quilombolas podiam construir bases sólidas nas florestas para posteriormente atacar fazendas e vilas, além de apoiarem levantes urbanos.

Já os escravos podiam ter a percepção de que o sucesso de suas insurreições planejadas dependeria da capacidade de articularem cativos da cidade com aqueles das áreas rurais. Teriam apoio logístico em caso de retirada e igualmente conseguiriam armamento e munição. Em Salvador, em 1807, foi descoberta uma conspiração escrava que pretendia, segundo investigações e denúncias atemorizadas, aliar escravos da capital baiana a cativos dos engenhos do Recôncavo para que juntos pudessem promover uma “guerra aos brancos”. Já no início de 1809, um grupo com mais de trezentos quilombolas, formado por escravos fugidos de Salvador e engenhos do Recôncavo, invadiu a Vila de Nazaré das Farinhas, sendo rechaçado pela população e força policial local.

Em 1814, Salvador estremeceria com a eclosão e os rumores de revoltas. Em fevereiro, quilombolas reunidos nos subúrbios da cidade, novamente em Iapoã, invadiram algumas armações de pesca de baleia. Incendiarão casas e os mortos contaram quase uma centena. Os quilombolas rumaram em direção ao recôncavo, tocando fogo nos engenhos. Foram alcançados e debelados em Santo Amaro de Ipitanga. Em maio do mesmo ano, uma outra insurreição escrava foi abortada. A conspiração em torno dessa revolta revela interessantes características da escravidão urbana nas Américas: organização do mercado de trabalho e identidades étnicas. Houve uma denúncia de que cativos e libertos haussás planejavam um levante. O foco

da insurreição estava na zona portuária, onde grupos de africanos organizavam-se em seus “cantos” de trabalho, via de regra como carregadores. No plano de revolta já havia preparação de armas, no caso flechas. Segundo investigações, a conspiração comandada pelos africanos haussás — de Salvador e do recôncavo — teria o apoio de mulatos, crioulos e mesmo de indígenas insatisfeitos que “queriam a sua terra que os portugueses lhes tinham tomado”.

Apesar de apoio amplo — pois, além de índios, os conspiradores buscaram articulações com escravos fugitivos e quilombolas situados no recôncavo —, havia divergências e solidariedades étnicas na organização do levante. Os africanos haussás aliaram-se somente aos tapas. Africanos angolas, jejes e nagôs não foram recrutados. Em 1826, ocorreu a revolta do quilombo do Urubu, situado num subúrbio de Salvador. Depois de muita luta, o levante foi debelado por tropas regulares: um dos quilombolas, quando preso, declarou que os revoltosos esperavam pela chegada de “muitos escravos de Salvador” para depois tentarem invadir o centro da capital.